

INFLAÇÃO É O PIOR IMPOSTO, DIZ FHC

João Pitella Jr.

Da equipe do **Correio**

"O Brasil desmoraliza os pessimistas". O presidente Fernando Henrique Cardoso não deixou de incluir uma frase de efeito no pronunciamento de dez minutos que fez ontem em cadeia de rádio e TV para explicar o primeiro pacote econômico do seu governo. Ele se esforçou para transmitir a imagem de que as medidas, "duras, mas essenciais", trarão os efeitos que o mercado espera: a garantia de estabilidade do Real, a queda dos juros, o bloqueio à volta da inflação, o combate à lavagem de dinheiro e a retomada do crescimento econômico.

"Não podíamos ter omissões nem dúvidas, pois em alguns outros países, como se viu na Ásia, houve desvalorizações de até 40% na moeda", explicou o presidente. "Isso traria a inflação de volta, tiraria o salário do bolso do trabalhador". A inflação é o pior imposto, lembrou. A classe média, admitiu, irá pagar "um certo preço" com o aumento do imposto de renda. "Mas apenas 8% da população brasileira pagam imposto de renda", ressaltou o presidente.

Fernando Henrique gabou-se de não ter confiscado a poupança (numa alusão ao Plano Collor, de 1990), garantiu que não haverá qualquer "situação de desrespeito a direitos estabelecidos", e frisou que o objetivo do pacote é "dar continuidade ao nosso programa de retomada do crescimento em bases sólidas".

DESEMPENHO

A palavra "continuidade", por sinal, foi outra das mais usadas. Segundo o presidente, o pacote, longe de trazer mudanças de rumo, "aprofunda e acelera, em função do clima criado pela crise asiática, aquilo que já estávamos fazendo". E deu exemplos: "O déficit fiscal que recebi, quando assumi o governo, era de quase 5% do PIB, e já foi baixado para 3%. Portanto, nunca deixamos de fazer o que era necessário. Agora, só estamos indo mais depressa".

Para não perder a oportunidade, Fernando Henrique pediu novamente que o Congresso continue se empenhando na aprovação das reformas, e lamentou: "se elas já estivessem prontas, talvez não tivesse sido necessário tomar medidas tão duras agora". E explicou também o que não vai ser feito: "Cuidamos para que áreas fundamentais não fossem atingidas. Educação, saúde, assistência social e reforma agrária foram poupadas completamente de quaisquer medidas mais restritivas. E não é preciso temer qualquer abalo na cesta básica. Aquilo que conta para o povo, que é a comida, que é o valor do seu trabalho, não será afetado por essas medidas", prometeu.

Depois de fazer profissão de fé na estabilidade — "a política do Brasil não vai mudar ao sabor de alguma alteração momentânea de estado de espírito" —, o presidente se dirigiu aos "pessimistas". "Chegaram a dizer que teríamos no fim do ano um déficit de conta corrente até de 15 bilhões, mas no máximo vai ficar entre nove e dez bilhões de dólares. O presidente Juscelino é que estava certo: o pessimista, no Brasil, já erra no ponto de partida".